Represa e Estação de Bombeamento de Águas
(Márcia Honda Nascimento Castro)

Um olhar mais atento de quem passar pela Ponte Velha do Bairro de São Jorge poderá contemplar uma edificação em lastimável estado de ruínas: trata-se da antiga estação de bombeamento de águas da cidade de Manaus e sua represa.

Histórico

Construída abaixo da nascente do Igarapé da Cachoeira Grande, que deságua à margem esquerda do Rio Negro, entre as barreiras do bairro da cidade conhecido como Plano Inclinado, a represa foi destinada a movimentar uma estação de bombeamento contendo duas turbinas e duas bombas, que abasteceriam o reservatório da Castelhana, situado à Avenida Constantino Nery, e o tanque de água do Bairro dos Remédios, situado na atual localização da Faculdade de Direito, à Rua Miranda Leão. Os terrenos ocupados pertenceram ao major Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães e, posteriormente, ao Seminário Episcopal, aforados ao Estado.

Embora Manaus apresentasse hidrografia farta, entrecortada por igarapés, a questão do abastecimento de água para a cidade consistiu em grave problema até fins do século XIX, quando se registra, em junho de 1883, a aprovação da Lei nº 615, autorizando o início às obras de canalização de água potável, tendo em vista as plantas e orçamentos organizados pelo engenheiro encarregado dos respectivos estudos (Coleção de Leis da Província, 1883, Tomo XXXI, pág. 19). A pedra fundamental da edificação foi lançada em 1º de julho de 1883. Em 8 de outubro de 1883, assinou-se o contrato para a execução da obra como Antony e Moreton & Cia. Em fevereiro do ano seguinte, o presidente José Paranaguá informava que todos os trabalhos estavam sendo feitos sob a direção do engenheiro ajudante da Repartição de Obras Públicas, Lauro Baptista Bittencourt. Escolheu-se, então, em um dos braços do Igarapé da Cachoeira Grande, com uma vazão de 8 milhões de litros na seca e 17 milhões de litros no inverno, o local para a construção de uma represa contendo 3,80m de altura, 104,3m de comprimento e 3,50m na maior espessura, projetada pelo referido engenheiro amazonense. No entanto, os projetos referentes a esta obra pareciam não estar concluídos, pois a Repartição de Obras Públicas chamara, no mesmo período, Ermano Stradelli e Richard Payer para "passar a limpo" alguns desenhos do projeto para as obras de abastecimento de águas. Em junho do mesmo ano, foram entregues aos contratantes da obra todos os tubos de 9 polegadas para o encanamento. Em 1885, o contrato para as obras foi reformulado e transferido para Tarciano Murillo Torres. Em 1888, Lauro Bittencourt foi exonerado do cargo e, no ano seguinte, o presidente Joaquim de Oliveira Machado informava que, embora as obras do encanamento não estivessem totalmente concluídas, a população já usufruia do melhoramento.

Após a instalação do bombeamento de água na Ponte do Ismael e a construção do Reservatório do Mocó, a represa foi desativada, tornando-se um local aprazível de lazer contemplativo e passivo para a sociedade manauara que, aos domingos, costumava por lá realizar passeios e piqueniques.

A destruição do complexo, a partir da sua desativação, incluiu a retirada de pedras para a construção da piscina "Tancredo Cunha", no Bosque Municipal, e a destruição da casa das máquinas, verificada no Governo do Dr. Álvaro Maia.

Arquitetura

Analisando as ruínas ainda existentes e os registros iconográficos antigos, verifica-se que a edificação possui estilo medievalista e seu aspecto arquitetônico assemelha-se a um torreão, com planta de seção quadrangular, encimada por platibanda maciça com saliências retangulares, tal como um serrilhado. Percebem-se, em suas fachadas, janelas do tipo abrir com duas folhas, provavelmente em madeira e vidro, coroadas por bandeiras em arco pleno. As esquadrias são encimadas por óculos e embasadas por aberturas em formato retangular (seteiras). O reboco em bossagem interrompida encontra-se desprendido em várias áreas, permitindo a visualização da alvenaria original em tijolos de barro, na estrutura principal, e em pedras em bloco, no embasamento.

Fontes:

1. Manaus Ontem e Hoje. Manaus: Prefeitura Municipal de Manaus, 1996.
2. MESQUITA, Otoni Moreira de. Manaus: História e Arquitetura – 1852-1910. Manaus: Editora Valer, 1999.

(*) Márcia Honda Nascimento Castro é Arquiteta e Urbanista, Inspetora de Patrimônio Histórico e Turístico da SEC e professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Objetivo.

Foto: Acervo particular da autora.

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura